

(TRANS)GREDINDO PRECONCEITOS? A ESCASSEZ DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO MUNDO DO TRABALHO¹

Rezende Bruno de Avelar*
João Vitor Rodrigues Gonçalves**
Alex Mendes***
Theles Amorim Queiroz****

RESUMO

Pessoas trans possuem acesso limitado ao mundo do trabalho. São, em sua maioria, excluídas do convívio social em função de suas individualidades e tendem a estabelecer dependência direta com a informalidade e a marginalidade como métodos de sobrevivência. O objetivo desse artigo é centrado em identificar e descrever os principais fatores associados a ausência de pessoas trans no mercado de trabalho. Os resultados apontam que a baixa escolaridade e a escassez de políticas públicas são considerados elementos determinantes que reafirmam a inexpressiva ocupação dos postos de trabalho formais. A abordagem metodológica, de característica qualitativa, concentra-se na revisão bibliográfica e na análise documental. Como contribuição, sugerimos a inclusão de pessoas trans como protagonistas do processo de formulação e implementação de políticas públicas de (re)inserção laboral.

¹ Esse artigo apresenta, em partes, os resultados da *paper* “Da esquina ao escritório: uma análise sobre a ausência de mulheres transexuais no mercado de trabalho formal em Goiás” publicado na revista “Pensamento Americano”, em novembro de 2020, em coautoria com o prof. Ricardo Antonio Simancas Trujillo.

* Professor Efetivo da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro do Comitê de ética em pesquisa da UFG. Assessor do CEBI - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos. E-mail: revelas@gmail.com

** Mestrando em Políticas Públicas e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (EPPG-FGV). Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: prof.juao@gmail.com

*** Professor Efetivo da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC/GO). Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: mendesamster@gmail.com

**** MBA em Marketing e Gestão Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Professor substituto da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: thelesamorim@hotmail.com

Palavras Chave: Mercado de Trabalho. Pessoas Trans. (Re)inserção.

ABSTRACT

Trans people have limited access to the world of work. They are mostly excluded from social interaction due to their individualities and tend to establish direct dependence on informality and marginalization as methods of survival. The objective of this article is to identify and describe the main factors associated with the absence of trans individuals in the world of work. The results indicate that low education and the scarcity of public policies focused on this group are considered determining elements that reaffirm their scarce occupation of formal job positions. The qualitative methodological approach focuses on literature review and documentary analysis. As a contribution, we suggest the inclusion of trans individuals as protagonists in the process of formulating and implementing public policies for labor (re)insertion.

Key Words: Labor Market. Trans People. (Re)insertion.

1. Introdução

Pessoas trans² enfrentam hoje no Brasil um processo de marginalização social compulsória. São, em sua maioria, excluídas involuntariamente do convívio social em razão de suas individualidades e, por consequência, tendem a enfrentar severas dificuldades ao tentar se (re)integrar em sociedade. Embora as discussões sobre questões associadas à diversidade tenham se intensificado nos últimos anos, o processo de inclusão de pessoas trans no mundo do trabalho ainda parece distante do ideal

² Nessa pesquisa, o termo “pessoas trans” será considerado uma expressão conceitual para referirem-se a travestis, homens e mulheres transexuais. Pessoas trans ou transexuais são indivíduos que não se identificam com o seu sexo anatômico definido pela formação genética e, de modo consequente, possuem uma identidade de gênero diferente da designada ao nascimento (PEDRA *et al.*, 2018). Em grosso modo, possuem incompatibilidade entre sua identidade de gênero e seu sexo biológico, podendo, ou não, realizar intervenções cirúrgicas para readequar-se fisicamente ao gênero ao qual se assemelha (GONÇALVES; TRUJILLO, 2020). Ao contrário do senso comum, o “transexual de verdade” não apresenta nenhum problema biológico, mas possui a certeza de que está em um corpo equivocadamente definido a partir da divisão historicamente normativa e estrita do mundo entre os dois sexos (ALMEIDA; MURTA, 2013). Embora a redesignação sexual não seja considerado um fator determinante para afirmar sua identidade, a maior parte dos transexuais realiza modificações corporais para adequar-se a sua identidade de gênero (GONÇALVES, TRUJILLO, 2020). São classificados como homens e mulheres trans.

(GONÇALVES; TRUJILLO, 2020). Os espaços sociais capazes de oferecer visibilidade e autonomia, incluso o mercado de trabalho, por exemplo, ainda preservam hábitos cotidianos de cunho discriminatório e potencialmente reprováveis em comportamentos presentes diariamente nas relações de trabalho.

Esse, entre outros fatores ainda não listados nesse artigo, tende a maximizar o desinteresse de grupos minoritários em relação ao mercado de trabalho e, como consequência, colabora diretamente para manutenção de um ciclo recorrente de exclusão. A tentativa de acesso ao emprego formal para pessoas trans e travestis ocorre, especialmente no cotidiano brasileiro, em proporções indescritivelmente desiguais quando comparado a qualquer outro segmento minoritário. Assumir-se transexual traz para si mais um elemento selecionador e, involuntariamente, excludente, que, quando somado a cor, escolaridade e classe social, tende a expandir estigmas e preconceitos em qualquer espaço social (DIÉGUEZ; BICEV, 2021).

Para além da escassez de políticas públicas direcionadas ao incentivo da empregabilidade trans e o desamparo relacionado ao seu conhecido quadro de vulnerabilidade social, esse segmento ainda convive com o completo despreparo das organizações em relação as suas singularidades identitárias e sexuais. Isso porque o processo de (re)inserção de pessoas trans no mercado de trabalho formal ainda ocorre de forma despreparada, segregada e excludente (MOURA; LOPES, 2017).

Embora questões associadas à diversidade e inclusão de minorias sociais em ambientes corporativos seja uma pauta de interesse comum atual entre as grandes organizações privadas, é possível constatar um dilema. A inexpressividade de vagas previstas em campanhas e processos seletivos destinados exclusivamente a pessoas trans e travestis revela um despreparo ou interesse momentâneo alinhado satisfazes as exigências do consumidor para com o compromisso social da organização. Em raras exceções, a inclusão de pessoas trans é, de fato, incorporada como uma das demandas e necessidades inegociáveis da organização.

Apesar dos tímidos avanços sociais relacionados à temática nos últimos, é correto afirmar que o processo de inclusão de pessoas trans no mundo do trabalho ainda não evoluiu para uma mudança substancial. Diante desse cenário, é necessário problematizar questões que busquem, sobretudo, identificar as causas e fatores que colaboram para manutenção desse quadro social. Uma vez identificado os fatores de sustentação do processo

excludente, deve-se propor soluções eficazes capazes de atuar, de maneira direta, na reversão desse fenômeno. Esse artigo busca atender a essa expectativa e, ao mesmo tempo, trazer reflexões que auxiliem na compreensão dos dilemas cotidianos vivenciados por pessoas trans que tornam o acesso no mercado de trabalho um percurso cada vez mais distante.

O problema de pesquisa que motivou a escrita desse artigo baseia-se na inexpressividade quantitativa³ da ocupação dos postos de trabalho formal por pessoas trans, com destaque centrado em mulheres transexuais e travestis⁴. A predominância de pessoas trans em atividades laborais informais, discriminatoriamente atribuídas em função de suas identidades (prostituição, serviços, estética e atividades domésticas), reforça e, em certo grau, justifica a necessidade dessa pesquisa e, ao mesmo tempo, busca reafirmar seu compromisso social como instrumento capaz de romper estigmas historicamente designados a transexuais e travestis.

O objetivo desse artigo está centrado em identificar os principais fatores que visam justificar a ausência de pessoas trans no mercado de trabalho formal. Esse estudo tem, por pretensão mais específica, três objetivos complementares. O primeiro visa “*publicizar*” os dilemas cotidianos de pessoas trans. O segundo busca fomentar o debate científico sobre a temática com intuito de difundir e popularizar produções acadêmicas que abordem questões de gênero como problemas sociais passíveis de atuação e intervenção pública. O terceiro busca colaborar no debate público sobre o desenvolvimento de possíveis iniciativas, programas, políticas e projetos capazes de promover a (re)inserção de pessoas trans no convívio em coletividade por meio da (re)inserção laboral, com o intuito de ressignificar seu espaço na sociedade.

A principal característica metodológica desse artigo é a análise qualitativa de natureza descritiva e exploratória. Os resultados apontam para dois fatores que influenciam, reafirmam e intensificam o cenário recorrente de exclusão de pessoas trans nos

³ Segundo os dados divulgados pela pesquisa realizada pela Organização Não Governamental (ONG) “OUT NOW”, apenas três entre 968 LGBT trabalhadores LGBT’s entrevistados se identificaram como transexuais (BARCELLOS, 2017)

⁴ Entendem-se, do ponto de vista identitário, como mulheres, embora ainda convivam em dualidade com o seu órgão sexual anatômico. Com certa naturalidade, travestis assumem características e comportamentos femininos no seu cotidiano e acabam por exercer papéis sociais compatíveis ao gênero ao qual se identificam. Embora realizem modificações corporais para aproximar-se ao ideal feminino, a maioria dos travestis não consideram à cirurgia de redesignação sexual como um quesito necessário para afirmação da sua identidade de gênero (KAFFLER *et al.*, 2016).

ambientes formais de trabalho. O primeiro fator é associado a baixa escolaridade, o segundo diz respeito a escassez de políticas públicas direcionadas ao tema. Como contribuição, sugerimos a participação protagonista de pessoas trans e travestis na elaboração de políticas públicas e soluções empresariais alinhadas a diversidade, capacitação e (re)inserção profissional.

Esse artigo está dividido em cinco capítulos. O primeiro faz menção a introdução, que apresenta resumidamente os aspectos gerais da pesquisa. O segundo dedica-se a descrever a metodologia e as características metodológicas utilizadas na escrita do artigo. O terceiro é centrado das discussões teóricas, ramificado em dois tópicos que contextualizam questões de gênero e os dilemas cotidianos vivenciados por pessoas trans. O quarto diz respeito aos resultados e discussões da pesquisa. Por fim, o último capítulo apresenta as considerações finais dessa investigação com foco centrado na participação social.

2. Aspectos metodológicos

Realizar pesquisa com segmentos minoritários requer dos pesquisadores um conjunto de habilidades técnicas e processos de abordagem humanizados para lidar com as singularidades dos sujeitos (DIÉGUEZ; ADAMOS, 2021). A intencionalidade de pesquisas com afirmações de caráter social, segundo os autores, tem por princípio provocar mudanças capazes de resultar em políticas de intervenção. Problemas de ordem social e, sobretudo, suas implicações em sociedade, devem ser analisados a partir de um conceito metodológico voltado para valorização e observância das relações humanas, priorizando de certo modo a qualidade das informações.

Por isso, a análise qualitativa é a mais apropriada para ser utilizada como base principal da estruturação metodológica dessa pesquisa. O enfoque qualitativo desempenha o papel de refinar, enfatizar e estruturar, com maior prudência, a qualidade das informações coletadas e posteriormente discutidas ao longo do texto (GONÇALVES; TRUJILLO, 2020). Essa abordagem proporciona um maior acesso à significância social atribuída pelos sujeitos da realidade em que estão inseridos e observados (SOUZA; BERNARDO, 2015). Em realidade, poucas temáticas de base social podem ser submetidas a uma análise quantitativa, principalmente problemas que possuem, em sua essência, compromisso com as minorias (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

De acordo com as autoras, essa característica metodológica pouco tem a contribuir, de fato, para uma análise sobre temas cujos problemas de pesquisa estejam associados a questões socioculturais. Para além da análise qualitativa, consideram-se, como instrumentos metodológicos complementares, os aspectos descritivo e exploratório. O caráter exploratório busca estabelecer uma maior proximidade do pesquisador com problema de pesquisa, com o objetivo de contribuir na fundamentação teórica baseando-se em estudos similares publicados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, GIL, 2007). Esse tipo aspecto metodológico é focado em proporcionar maior familiaridade com o problema a solucionado, com vistas de torná-lo mais explícito possível (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

O aspecto descritivo, por sua vez, está centrado principalmente nas questões relacionadas ao processo de construção da pesquisa, com foco centrado no escopo teórico. Seu objetivo é reunir, selecionar e descrever as informações e contribuições teóricas de forma a torná-las o mais passível de compreensão possível ao leitor. Para acrescentar, a análise documental está concentrada na organização e discussão dos dados apresentados no artigo. Essa característica metodológica desempenha o papel de complementar a fundamentação investigativa, para elucidar, de forma estratégica, as informações contidas em documentos de referência sobre o assunto (GONÇALVES, TRUJILLO, 2020).

Por fim, aplica-se, como aspecto metodológico adicional desta pesquisa, uma revisão bibliográfica a partir de obras e produções científicas que contextualizam temas interdisciplinares as questões sociais direcionadas às pessoas trans. Esse método, recorrente em pesquisas qualitativas, tem o objetivo de coletar informações e contribuições teóricas para serem utilizadas na pesquisa (FONSECA, 2002). O próximo tópico descreve os principais teóricos utilizados na fundamentação empírica e na construção argumentativa dessa investigação.

2.1. Estruturação teórica

O próximo capítulo dedica-se a organizar o referencial teórico que fundamentou a escrita desse artigo. Nesta etapa, faz-se necessário a utilização de uma base teórica plural, capaz de subsidiar as discussões empíricas relacionadas a gênero e transexualidade e, por consequência, seus desdobramentos e

implicações sociais. Por consequência, o capítulo divide-se em dois tópicos complementares. O primeiro tópico dedica-se a fomentar uma breve discussão teórica para problematizar questões associadas a “gênero e transexualidade”. Nesse tópico, pretendemos apresentar conceitos teóricos clássicos e fundamentais para compreender, do ponto de vista histórico-conceitual, os sujeitos dessa pesquisa e a construção do “ser transexual”. Como base teórica, foram utilizadas, entre outras produções acadêmicas relevantes, as obras de Butler (2003), Bento (2017) e Bento (2008).

O segundo tópico discorre a respeito dos dilemas históricos dessa comunidade. As contribuições teóricas propostas nesse tópico ajudam a compreender e, ao mesmo tempo, descrever o processo de construção do espaço excludente onde as pessoas trans estão socialmente e historicamente inseridas. Nesse tópico, temas como prostituição, violência, marginalidade e invisibilidade ajudam a explicar a formação e a manutenção do ciclo de exclusão social que tem, como um de seus principais resultados, a ausência de pessoas trans no mercado de trabalho formal. Como base teórica, foram utilizadas, entre outras produções acadêmicas relevantes, as obras de Lima (2020), Souza e Bernardo (2015), Rondas e Machado (2015).

Os resultados e discussões desse trabalho baseiam-se, entre outras produções acadêmicas relevantes, nas obras de Gonçalves e Trujillo (2020); Licciardi *et al.* (2015) e Almeida e Vasconcellos (2018) complementado pelos dados contidos na pesquisa “Projeto Trans”, realizado pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQIA+⁵ da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG) e do projeto “Mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo” coordenado pelo Centro de Estudo de Cultura Contemporânea (CEDEC). As considerações finais, que antecedem as referências bibliográficas utilizadas nesse artigo, expressam, em conjunto, as recomendações dos autores como respostas alternativas apresentadas pela problemática descrita na introdução.

3. Referencial teórico

⁵ O termo “LGBTQIA+” refere-se às diversas expressões de gênero e sexualidade (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, assexuados e outras denominações).

3.1 Gênero e transexualidade

Para compreender o significado de gênero é imprescindível refletir brevemente sobre as relações sociais e políticas entre os sexos, as quais sinalizam para condições de histórica desigualdade (PEDRA *et al.*, 2018). A definição conceitual do termo “gênero” não está necessariamente ligada à genitália atribuída anatomicamente ao nascimento, e sim, a forma com a qual o indivíduo se apresenta e se reconhece em sociedade (BENTO, 2017). Em linhas gerais, gênero também pode ser interpretado como a exteriorização de uma “*performance*” social, ou seja, a manifestação dos comportamentos, hábitos e trejeitos que o indivíduo assume involuntariamente em suas vivências coletivas.

A identificação dos papéis sociais em relação ao gênero ao qual o indivíduo se identifica, historicamente classificados como masculino e feminino, pode se tornar um fator determinante para sua afirmação. Em outras palavras, o gênero é construído conforme a evolução e a familiaridade com que as experiências sociais e culturais adquiridas assumem e se manifestam no indivíduo (BUTLER, 2003). Segundo a autora, a construção do gênero deve se distanciar de ser relacionado como um diagnóstico médico previsível e estável. O acúmulo dessas experiências que sintetizam o modo de como o indivíduo “*performa*” e se localiza em coletividade influenciam diretamente na sua formação identitária.

A somatória deste conjunto de “*performances*” e experiências vivenciadas cotidianamente, onde o indivíduo passa a se reconhecer como parte integrante e ativa de um grupo social pertencente ao gênero ao qual se identifica, resulta na construção do processo conhecido por identidade de gênero. Em síntese, a identidade de gênero pode ser considerada como o resultado de um processo de reconhecimento íntimo que cada indivíduo possui em relação ao gênero ao qual se identifica indiferentemente da condição biológica de seu sexo anatômico. Também pode ser definida como a percepção que alguém tem de si próprio em relação às suas características biopsíquicas e sociocultural (RONDAS; MACHADO, 2015).

Nesse caso, é necessário considerar que o gênero se sobrepõe aos fatores biológicos, e estabelece uma ligação mais coerente com as práticas e representações sociais do indivíduo do que com seus órgãos sexuais (GONÇALVES; TRUJILLO, 2020). O debate sobre o tema acaba tornando-se uma importante ferramenta política, a fim de despertar indagações sobre as diferentes formas

de constituir a identidade do indivíduo (SANTANA, 2016). Por isso, conceituá-lo pode ser uma tarefa caótica, uma vez que sua construção é compreendida como um processo, repleto de variantes que interferem na sua definição conceitual (MOURA; LOPES, 2017).

Por isso, ao pensar em gênero, deve-se analisá-lo como um agente propositor de mudança, que busca ressignificar a atribuição dos papéis sociais entre os sexos na sociedade (OLIVEIRA, 2011), sabendo, portanto, que são as práticas e representações sociais que posicionam o sujeito em uma relação entre masculinidade e feminilidade (BARCELLOS, 2017). Essa relação entre masculino e feminino, por sua vez, é construída a partir do modo como nossas características identitárias se exteriorizam no mundo, ou seja, a expressão dos nossos discursos e atuações (BUTLER, 2003). Para a autora, o gênero é culturalmente construído, conseqüentemente não é resultado nem do sexo atribuído ao nascimento e nem tampouco aparentemente imutável quanto o sexo.

Entretanto, a sociedade passou a estabelecer que as definições de gênero deveriam ser usadas unicamente para sentenciar as diferenças anatômicas entre os indivíduos (SANTOS *et al.*, 2018). Todavia, existem indivíduos que não se enquadram nas definições estabelecidas pela sociedade e, de modo conseqüente, não se reconhecem em nenhuma das normas ou padrões de gênero hegemônicos (GONÇALVES, TRUJILLO, 2020). Nesse caso, a identidade de gênero do indivíduo pode apresentar incompatibilidade com o sexo anatômico que lhe foi atribuído, dando origem a questionamentos associados a transexualidade (ONUBR, 2018).

No campo científico, a concepção mais comumente utilizada para definir a transexualidade é a que a lhe classifica como uma desordem de personalidade (SOUZA, 2012). Nas diversas definições teóricas que abordam o tema parece haver um aspecto consensual: o de que a transexualidade poderia ser compreendida como uma incoerência entre sexo e gênero (ARÁN, 2006). Entretanto, de modo geral, a transexualidade pode ser definida como um “desvio padrão” ou uma espécie de “contrassenso” das normas que constituem os padrões de gênero predominantemente heteronormativos. Trata-se, portanto, de uma posição contrária a histórica divisão binária dos sexos (homem/mulher; masculino/feminino; macho/fêmea), dando origem a possibilidades e interpretações distintas do convencional (RODRIGUES; APRILE, TONHON, 2021).

Em senso comum, a transexualidade é, em aspectos gerais, uma forma de atualizar e, ao mesmo tempo, de questionar, na prática, as interpretações historicamente construídas sobre o masculino e o feminino a partir da conceituação binária heteronormativa (BENTO, 2017). Os indivíduos que detêm a incompatibilidade entre o gênero ao qual se identificam e o sexo anatômico atribuído ao nascimento são considerados como transexuais. Para alguns dessas pessoas, os questionamentos legítimos sobre qual seu papel na sociedade tornam-se cada vez mais frequentes na medida em que sua identidade é socialmente e culturalmente constituída. Preconceitos, retaliações e julgamentos são fatores inerentes à condição identitária de pessoas trans, mas também representam um indicativo de sucesso no rompimento em relação aos códigos de conduta dominantes (HOGEMANN, 2014).

Todavia, transexuais sofrem enormes pressões sociais para corresponder às expectativas definidas ao gênero que sentem pertencer e, frequentemente, vivenciam situações recorrentes de exclusão (SOUZA, 2012). Desse modo, para tentar se integrar em sociedade, o indivíduo é forçado a se adequar ao padrão de gênero vigente, o cisgênero⁶, resultando quase sempre em privação de direitos (RONDAS; MACHADO, 2015). Quando estes indivíduos não se encaixam nos padrões impostos pela sociedade, são automaticamente inferiorizados, e surge então a ilusória autoridade do sujeito tido como “normal” para com o sujeito tido como diferente (PEDRA *et al.*, 2018).

Segundo Souza (2012), o mecanismo utilizado para que a transexualidade não ameace a heteronormatividade é considerá-la como uma falha da natureza, uma impossibilidade, uma anormalidade, enfim, uma patologia. Desse modo, pessoas trans sofrem um controle social tão coercitivo que tende a suprimir sua identidade, especialmente sobre seus corpos a partir da associação histórica da transexualidade como doença (NETO; MACEDO; BICALHO, 2016). Essa conduta, materializada como norma social, acaba por produzir estigmas, invisibilidade, opressão e, em maior grau, episódios recorrentes de discriminação, exclusão e preconceito em todos os ambientes sociais em que desejam se

⁶ O termo “cisgênero” pode ser compreendido como um conjunto de hábitos, costumes e comportamentos de pessoas cuja identidade de gênero coincide com o sexo biológico anatomicamente constituído (GONÇALVES; TRUJILLO, 2020). Ou seja, esse termo expressa a condição de pessoas que mantêm a compatibilidade entre a identidade de gênero e o sexo anatômico designado no nascimento (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

inserir.

Desse modo, em razão de suas individualidades, a maioria das pessoas trans é forçada a viver e conviver à margem da sociedade, instituindo um processo cultural de marginalização social compulsória (GONÇALVES; TRUJILLO, 2020). Os efeitos desse processo podem ser identificados já na primeira infância se estendem até a fase adulta gerando, como principal resultado, a exclusão política e social. As consequências são recorrentes e historicamente tendem a se tornarem obstáculos conhecidos e, para grande maioria das pessoas trans, quase intransponíveis.

Os estudos de gênero, de modo geral, apontam, de maneira quase unânime, que a exclusão social é uma realidade vivenciada compulsoriamente entre a expressiva maioria de pessoas trans. Como uma das principais consequências, o acesso ao trabalho, assim como o acesso a educação e o pleno exercício da cidadania, é restrito, restando apenas subempregos informais com baixa representatividade (CARVALHO, 2006).

3.2. Estigma, rua e exclusão: Dilemas cotidianos na vida de travestis e transexuais

Apesar dos avanços históricos, a grande maioria de transexuais ainda convive diariamente com episódios recorrentes de discriminação e preconceito que inviabilizam, quase que por completo, sua inserção social. A sociedade, ao longo do tempo, passou a considerar os transexuais um subgrupo muito específico da população de mulheres, herdando, estigmas associados à submissão e a inferioridade (PEDRA *et al.*, 2018). Foram considerados transgressores e assumiram posturas tidas como “reprováveis”, de acordo com o entendimento da sociedade, tornando o acesso e a ocupação dos espaços sociais capazes de garantir representação e visibilidade um processo cada vez mais difícil (RONDAS; MACHADO, 2015, ALMEIDA; VASCONSELLOS, 2018).

Este entendimento de reprovação é baseado em um conjunto de princípios culturalmente heterocêntricos, que passaram a adotar atitudes altamente excludentes com o objetivo de suprimir a presença de pessoas trans em espaços sociais (KAFFER *et al.*, 2016). A imposição da cultura heteronormativa presente na sociedade acabou limitando os espaços e os papéis sociais que devem ou não ser desempenhados por transexuais, desencadeando

um afastamento social precoce do indivíduo do convívio em coletividade. Este fenômeno social é conhecido por exclusão. Acuada, a maioria dos transexuais são forçados a conviver com a rejeição e o desprezo de boa parte da sociedade, tornando seu processo de inclusão e aceitação cada vez mais lento, distante e complexo (LICCIARDI *et al.*, 2015).

A simples presença de pessoas trans em ambientes sociais gera não apenas um choque cultural, mas, sobretudo, provoca mesmo que de modo involuntário, revisão de hábitos e comportamentos (DIÉGUEZ; BICEV, 2021). De modo geral, pessoas trans enfrentam dificuldades em quaisquer ambientes em que desejam ser inseridas e, em raras exceções, ocupam posições que lhes garantam protagonismo, independência ou representatividade (LICCIARDI *et al.*, 2015, GONÇALVES; TRUJILLO, 2020).

Esse fato, que busca explicar a ausência de travestis e transexuais nos espaços de poder e que limita o exercício da cidadania, pode ser descrito como um processo de “marginalização social compulsória”. Ou seja, o indivíduo é compulsoriamente excluído do convívio social em razão da sua individualidade e, de modo consequente, também é afastado dos ambientes sociais que detém representação e poder por meio de episódios discriminatórios repetidos cotidianamente nas experiências vivenciadas por pessoas trans no família, na escola, no trabalho e em quaisquer outros espaços sociais.

Em síntese, esse processo busca, entre outros objetivos, inviabilizar o papel, o potencial e a participação das pessoas trans em sociedade. Além disso, visa negligenciar suas identidades e manter os estigmas sociais historicamente atribuídos como estratégia de controle social. A marginalização social compulsória pode ser representada, em linhas gerais, como um ciclo social vicioso e ininterrupto. A lógica que dá origem ao ciclo está centrada no preconceito familiar que, quando não combatido, gera o abandono precoce e desencadeia uma série de consequências quase irreversíveis que interferem drasticamente, de maneira prejudicial, na vida social, escolar e profissional de travestis e transexuais.

Na família, muitos valores, normas, comportamentos e crenças são (re)produzidos baseando-se e reforçando-se no discurso da heteronormatividade (LONGARAY; RIBEIRO, 2015). Ainda que conviva em um ambiente familiar acolhedor, a maioria das pessoas trans provavelmente estabelecem contato precoce e involuntário com a violência física, verbal, sexual ou psicológica em

algum dos espaços pelos quais transita (RODRIGUES; MAGRI, 2021). Na maioria dos casos, pessoas trans saem de casa ainda jovens em busca de apoio em razão dos episódios discriminatórios vivenciados entre os próprios membros da família (SANTOS; SILVA, 2021). Quando a hostilidade do meio social se soma a rejeição do ambiente familiar, o indivíduo é lançado para a rua e, por consequência, torna-se dependente da informalidade e, não muito distante, da marginalidade (RONDAS; MACHADO, 2015).

Acuados, a maioria das pessoas trans buscam a escola como ambiente de refúgio, visando proteção e acolhimento. Contudo, os ambientes educacionais, muitas vezes, não são considerados espaços adequados. Por ser considerado um local dotado de pluralidade, responsável pela formação humana do indivíduo, a escola deveria ser, efetivamente, um espaço de legitimação da diversidade (PRADO; MARTINS; ROCHA, 2012). Entretanto, ao mesmo tempo em que as discussões sobre a diversidade sexual se tornam cada vez mais necessárias, atitudes preconceituosas e discriminatórias são (re)produzidas por grupos dominantes (BORTOLINI, 2011).

Por sua vez, atitudes assim podem desencadear ações discriminatórias que tendem a intensificar a opressão de determinados grupos sobre outros e, principalmente, se transformar em dificuldades cotidianas para pessoas trans (LIMA, 2020). A educação, nesse quesito, acaba se configurando como um espaço responsável pela manutenção do ciclo de exclusão e, em certo grau, assume papel protagonista como agente potencializador e reproduzidor de estigmas e preconceitos.

Presume-se, portanto, que o problema não está relacionado em assegurar a permanência de alunos trans no ambiente escolar, especialmente quando este indivíduo começa a “performar” sua identidade de gênero (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018). Como consequência, a maioria dos estudantes trans se sentem pressionados a abandonar os estudos, mesmo que de maneira involuntária, para evitar episódios que podem evoluir para a violência (SOUZA; BERNARDO, 2015).

Dessa forma, as possibilidades de inserção no mercado de trabalho se tornam cada vez menores e, de certo modo, quase escassas. Em razão das suas individualidades, muitas mulheres transexuais enfrentam dificuldades para se (re)inserir profissionalmente (LICCIARDI *et al.*, 2015). A imposição da cultura heteronormativa desencadeia um afastamento social precoce, delimitando indiretamente os espaços que devem ou não serem

ocupados, incluso o mundo do trabalho (GONÇALVES, 2018). Isso porque as transexuais não são vistas como mulheres “autênticas”, além de serem estigmatizadas e vinculadas a posturas tidas como socialmente inaceitáveis por isso, encontram resistências para acessar e se (re)inserir em postos de trabalho formais (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

Como sintoma social, o processo de (re)inserção laboral de pessoas trans torna-se um desafio social cada vez mais difícil e complexo à medida em que as singularidades dos sujeitos tende a representar uma “ameaça” moral as normas e padrões de gênero vigentes. Em razão desse fenômeno, essas pessoas buscam na informalidade sua subsistência, de modo a tornar a prostituição e a prática de pequenos delitos em hábitos diários, convertendo-se em uma estratégia de sobrevivência comum (PEDRA *et al.*, 2018). Como efeito imediato, travestis e transexuais são involuntariamente associados à violência, ao tráfico de drogas e a outras situações que ocasionem rápido constrangimento moral e indignação coletiva (RONDAS; MACHADO, 2015).

Ainda que de modo involuntário, uma parte das transexuais associa-se a marginalidade como um método de proteção e sobrevivência econômica, e estabelecem, contra sua vontade, uma dependência direta (GONÇALVES; TRUJILLO, 2020). Essa construção impositiva torna a relação com as organizações criminosas e redes ilegais de tráfico e prostituição uma realidade indesejada que pode resultar, na maioria das vezes, no cárcere ou em morte. Como reflexo dessa relação, estima-se que ainda 90% de travestis e transexuais elegem a prostituição como sua principal fonte de renda, de acordo com os estudos realizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2021).

Segundo o relatório anual publicado pela Trans Murder Monitoring (TMM), que monitora os casos de transfobia ao redor do mundo, o Brasil foi responsável por 29% dos assassinatos globais de pessoas trans no último ano (TMM, 2022). Desde que a plataforma foi criada, em 2008, até sua última atualização registrada em setembro do ano passado (2022), o gigante latino-americano era considerado o autor de cerca de 40% do número de mortes globais.

Especialmente no caso brasileiro, a morte de pessoas pode ser interpretada como um fracasso das políticas de segurança, considerando que a expectativa de vida para essa população é de 35 anos, enquanto a da população em geral é de 74,9 anos (ANTRA, 2021). A liderança do Brasil no número de assassinatos desta comunidade no cenário internacional pode ser compreendida

como um sintoma capaz de traduzir o fracasso das estratégias de combate a homofobia e a transfobia implementadas pelo Estado nas últimas décadas.

Contudo, a culpa pela situação precária das pessoas trans não é do trabalho sexual em si, ele é apenas um sintoma característico da transfobia⁷ estrutural presente de maneira sistemática na sociedade (JESUS, 2018). Em casos que fogem a normalidade, os postos de trabalho formais ocupado por pessoas trans fora da prostituição, concentram-se nos serviços gerais, limpeza, alimentação e na estética (CARVALHO, 2006). Ou seja, a associação da inferioridade feminina construída pela imposição heteronormativa também se reflete, de maneira bastante evidente, na divisão sexual do trabalho e na precarização da ocupação dos postos de menor visibilidade, representatividade e autonomia.

Em média, 50,8% das trans complementam sua renda atuando como cabelereiras, todavia 49,2% ainda ocupam posições que dificilmente possibilite valorização ou crescimento profissional, atuando como cozinheira, empregada doméstica dentre outros postos de trabalho com baixa representatividade e escassa posição de liderança, conforme aponta os dados do NUH/UFMG.

O corpo, por sua vez, também pode ser considerado um elemento que dificulta a (re)inserção de pessoas trans no mercado. A voz, trejeitos, comportamentos e traços físicos característicos do sexo anatômico podem representar barreiras no processo de busca de colocação profissional (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018). Desse modo, é possível deduzir que preconceito já se materializa no momento pré-contratual, considerando que identidade desses indivíduos não é “ocultada” ou “omitida” (MENEZES; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018). De acordo com os autores, até mesmo as práticas afetivas e sexuais podem limitar ou dificultar o acesso e a permanência de pessoas trans nos ambientes formais de trabalho.

Pessoas trans que buscam se integrar no mercado geram conflitos, mesmo que contra sua própria vontade. No entendimento social, esses indivíduos “desafiam a normatividade” ao tentar ocupar espaços que não sejam ligados à marginalidade (GONÇALVES, 2019). De acordo com o autor, ao realizar tentativas como essa, pessoas trans promovem rupturas para com os estigmas sociais e,

⁷ A transfobia é o nome dado ao tipo específico de violência praticada em desfavor de pessoas trans motivada em função da sua identidade de gênero (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018). Ela se manifesta por meio da exclusão social, de negação do acesso às políticas públicas, de agressões e, em na maioria das ocasiões, em mortes (MDH, 2018).

ao mesmo tempo, provocam, na sociedade, discussões sobre estratégias de inclusão. Em síntese, a imposição social tende não somente a afastar minorias do mercado, mas, na maioria das vezes, contribui para que seja submetida a uma condição de constante invisibilidade (KAFFER *et al.*, 2016).

O heteronormatividade como norma social também se estende para as empresas e sinalizam para as pessoas trans que suas individualidades, “amedrontam” padrões e comportamentos de gênero hegemônicos (IRIGAY; STOCKER; MANCEBO, 2023). Ao buscar (re)colocação profissional, mesmo em posições condizentes com sua baixa escolaridade, grande parte das pessoas trans se deparam com ambientes hostis que tentam invalidar cotidianamente suas identidades (RONDAS; MACHADO, 2015).

Para esta população, se inserir no mercado não se trata apenas do acesso ao emprego, mas do direito a desenvolver plenamente seu potencial, sem entraves à carreira em função de suas singularidades (OIT, 2015). Contudo, sabe-se que as discussões sobre a inclusão de pessoas trans nos diversos meios sociais, em destaque para mercado de trabalho, são cada vez mais comuns no âmbito internacional, entretanto ainda são consideradas emergentes no Brasil (SANTOS *et al.*, 2018).

Para Jesus (2018) são pouquíssimas as iniciativas existentes que buscam a inclusão de pessoas trans no mercado. A ausência de pessoas trans em ambientes de trabalho formal estão, de modo comum, associados um conjunto de fatores de natureza social que ajudam a compreender melhor esse cenário.

4. Resultados e discussões

Para romper com o ciclo de exclusão social, que condiciona a invisibilidade de pessoas trans no mercado de trabalho formal, é necessário, sobretudo, fortalecer a atuação do Estado e intensificar seu papel protagonista na formulação de políticas e programas capazes de garantir, mesmo que em condições mínimas, acesso a direitos fundamentais. Os resultados dessa pesquisa consideram dois fatores fundamentais para reafirmação do cenário excludente de pessoas trans no mundo do trabalho: a) baixa escolaridade; b) escassez de políticas públicas de incentivo à empregabilidade direcionada especificamente a pessoas trans e travetis

A baixa escolaridade, fruto da evasão escolar oriunda da discriminação, é considerada base de sustentação da escassez de pessoas trans nos ambientes formais de trabalho (GONÇALVES;

TRUJILLO, 2020). Ainda hoje, mesmo após significativos avanços sobre o tema, determinados espaços sociais capazes de oferecer representatividade e autonomia, a exemplo da escola, inclinam-se para invisibilizar e suprimir pedagogicamente questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero no currículo escolar. É possível deduzir que, para a maioria das pessoas trans, a escola migrou de um caráter inclusivo para um caráter excludente.

Os ambientes educacionais passaram a se estabelecer como um mecanismo mantenedor de comportamentos tidos como “permitidos e aceitáveis” em relação aos padrões de gêneros e sexualidades dominantes (LONGARAY; RIBEIRO, 2015). Estes valores tendem a produzir e reproduzir desigualdades históricas por meio de múltiplos mecanismos de hierarquização, que são reforçados por comportamentos segregacionistas presentes nos ambientes escolares (LIMA, 2020). Como consequência, a escola configura-se atualmente como um espaço incapaz de oportunizar acolhimento e respeito, ocasionando, entre outras consequências, a manutenção do sentimento permanente de rejeição gerando, como resultado desse processo, a evasão escolar.

Os dados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil realizada em 2016 pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) reafirmam esse cenário. De acordo com o estudo, cerca de 60% dos alunos LGBTQIA+ se sentiam inseguros na escola em razão de sua orientação sexual e 43% deles por causa de sua identidade/expressão de gênero (ABGLT, 2016). Os dados da instituição apontam que quase um terço (31,7%) dos estudantes se ausentaram da escola pelo menos um dia ao mês porque se sentiam inseguros ou constrangidos. Entre as principais causas relacionadas ao abandono escolar entre pessoas trans, destacam-se a necessidade do trabalho precoce (25%), a homo/transfobia vivenciada (18,2%) e a violência homofóbica (9,9%), assim relata o NUH/UFMG (2015).

Segundo os dados do núcleo, mais de 90% destes indivíduos ainda não concluíram a educação básica (NUH/UFMG, 2015). A pesquisa aponta que aponta que cerca de 25,4% dos entrevistados não possuem ensino fundamental completo, 59,4% afirmam terem interrompido seus estudos em alguma fase do ensino médio e apenas 2,2% concluíram o nível superior (NUH, 2015).

Como soluções alternativas frente a esse cenário, algumas iniciativas de caráter público foram criadas com o objetivo de intervir nesse problema de ordem social. O Programa Brasil sem Homofobia

criado em 2004, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos formulado em 2006, o Manual de Gênero e Diversidade Sexual na Escola elaborado no ano de 2008 dentre outros programas de iniciativas isoladas promovidas por diferentes instituições ligadas a pauta da educação são alguns exemplos.

No entanto, apesar das iniciativas apresentadas, a garantia da permanência de pessoas trans nas escolas ainda é considerado um desafio crônico para as políticas educacionais. Segundo a pesquisa realizada em 2021 pelo CEDEC, cerca de 64% dos entrevistados afirmam que deixaram de frequentar a escola ao se deparar com situações de ridicularização, desrespeito e violência (CEDEC, 2021). Para reverter esse cenário, é necessário, sobretudo, criar estratégias capazes de incentivar a (re)inserção de pessoas trans nos ambientes escolares com objetivo centrado em assegurar a permanência dessa comunidade visando, sobretudo, sua preparação e qualificação profissional para contribuir no processo (re)inserção no mercado de trabalho formal.

No âmbito público, as iniciativas, programas, políticas ou projetos que se dedicam a promover a inserção de transexuais no mercado são quase inexistentes. Esse é considerado o segundo fator. A negligência do Estado com a temática, considerado ator protagonista de mudanças sociais e instrumento reparador de desigualdades históricas, tende a ser considerado um fator prejudicial para o processo de (re)inserção laboral de pessoas trans. Para Jesus (2018) o Estado brasileiro precisa se responsabilizar pela ausência dessas políticas públicas ao considerar que as escassas iniciativas existentes são conduzidas isoladamente pelas lideranças sociais da comunidade.

Nesse sentido, segundo Pedra *et al.* (2018), a atuação do Estado relacionado ao tema pode ser considerada superficial e, em certo grau, insuficiente e insatisfatório. Embora o Estado promova, isoladamente, singelos avanços sobre o tema, a exemplo do uso do nome social, ainda não é suficientemente capaz de garantir seu protagonismo na formulação de políticas direcionadas a essa comunidade (GONÇALVES, TRUJILLO, 2020). Contudo, entre a lei e as práticas cotidianas há um considerável espaço de contradições, sabendo que o mesmo Estado que reconhece o direito a identidade de gênero de pessoas trans é o mesmo que as desampara (BENTO, 2014).

De acordo Gonçalves e Trujillo (2020), a ausência de instrumentos de controle e/ou fiscalização que atestem sua eficácia configuram-se barreiras que reforçam o despreparo do poder público

em relação à temática. Para solucionar esse impasse, é preciso construir uma política de empregabilidade trans com amplitude nacional e com a participação efetiva da própria comunidade, apontam os autores. Travestis e transexuais como um todo devem envolver-se mais ativamente na construção das políticas públicas. É preciso atuar desde a criação até a fiscalização dessas políticas, buscando transmitir ao Estado, através dos relatos de suas vivências cotidianas, as principais dificuldades enfrentadas no processo de (re)inserção laboral.

É possível considerar, a título de exemplo, alguns programas e iniciativas públicas implementadas em alguns estados brasileiros com temáticas específicas e alinhadas à empregabilidade. Contudo, a execução de cada programa ou política possui uma característica bastante singular e independente o que dificulta, em certo grau, o compartilhamento de informações, dados e documentos que possam colaborar para um processo de difusão. Identificamos, por meio da pesquisa, o Programa Transcidadania⁸, Projeto de Empregabilidade “Mais um sem Dor”⁹ e o TransEmpregos¹⁰.

Como parte dos resultados dessa pesquisa, identificamos a indiscutível e imprescindível necessidade de formular políticas públicas que colaborem, de fato, para uma transformação social por meio do incentivo a empregabilidade trans. É necessário adotar uma postura mais enfática em relação ao Estado, exigindo do mesmo o cumprimento de metas e compromissos para com a comunidade e suas entidades. É preciso que se tenha um Estado de caráter interventivo frente aos vários problemas de ordem social em que a sociedade apresenta, incluso as minorias (MENEZES; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018).

Contudo, a negligência do Estado em relação às políticas públicas não é o único fator que influencia diretamente na escassez de mulheres trans no mercado (GONÇALVES; TRUJILLO, 2020). A cultura sexista, presente em abundância no mercado de trabalho, torna, em muitas ocasiões, o acesso ao emprego algo inalcançável

⁸ Informações adicionais sobre o programa. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/programas_e_projetos/index.php?p=150965. Acesso em: 13 jan. 2021.

⁹ Informações adicionais sobre o programa. Disponível em <https://www.prt18.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-go/859-projeto-de-empregabilidade-mais-um-sem-dor-por-mais-diversidade-e-inclusao-nas-empresas>. Acesso em: 13 jan. 2021

¹⁰ Informações adicionais sobre o programa. Disponível em <https://www.transempregos.com.br/>. Acesso em: 13 jan. 2021.

para as pessoas trans (PEDRA *et al.*, 2018). A hostilidade, a chacota, o assédio, o preconceito disfarçado de abuso de autoridade e a remuneração podem ser considerados fatores que contribuem diretamente no baixo índice de pessoas trans no mercado de trabalho (RONDAS; MACHADO, 2015).

Programas inclusivos, reserva de cotas específicas, capacitação e sensibilização dos funcionários entre outras iniciativas, no âmbito público e privado, já poderiam indicar avanços sobre o tema (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018). Contudo, é importante ressaltar que o combate às várias formas de preconceito no ambiente de trabalho é um papel que compete não somente ao Estado, mas sim de uma ação conjunta das organizações (MENEZES; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018).

Nesse sentido, para buscar soluções práticas que tornem o processo de inserção de mulheres trans no mercado algo cada vez mais possível, deve-se propor amplas discussões sobre o tema, de forma a enfatizar seus dilemas cotidianos e considerá-los como bases propulsoras das políticas públicas e das estratégicas de inclusão e combate ao preconceito no ambiente de trabalho. Os impactos e as transformações sociais que se buscam através do produto dessas discussões só serão alcançados com a participação protagonista desses indivíduos, de forma a considerar seus discursos como eixos centrais de todo o processo.

5. Considerações finais

Buscou-se, por meio dessa pesquisa, identificar, analisar e descrever os fatores que influenciam, de modo direto ou não, na escassez de pessoas trans no mercado de trabalho formal. Os resultados consideraram a baixa escolaridade e a ausência de políticas públicas como principais as deficiências no processo de (re)inserção laboral. Diante desse cenário, faz-se necessário ponderar sobre algumas reflexões importantes. Contudo, a centralidade do debate deve estar alinhada, de antemão, as proposições de possíveis soluções práticas para atuar na reversão desse quadro social.

A negligência do Estado com as políticas de inclusão social direcionada a pessoas trans não pode ser mais tolerada como condição passiva. É de extrema importância reconhecer e legitimar o papel do Estado como agente propositor e intermediador do processo de (re)inserção social como um todo. Sugerimos como proposta frente ao problema de natureza social, baseando-se nos

resultados e discussões apresentados nessa pesquisa, a construção de soluções capazes de democratizar o acesso ao trabalho formal de por meio da obrigatoriedade da participação protagonista de pessoas trans como agentes propositores de mudança social. É necessário tornar o público alvo parte motora do processo de construção das políticas públicas.

É inadiável reaver estratégias capazes de construir mais do que apenas diálogo democrático e institucional com o Estado. Consideramos que nenhuma política que vise a efetiva inclusão de pessoas trans em espaços de convívio social poderá ser efetivamente construída eximindo-se da centralidade dos sujeitos como parte ativa do processo.

É preciso tornar o público da política em parte interessada e assegurar sua participação na elaboração de ações conjuntas entre governo e sociedade. Pessoas trans devem exercer o direito de participar ativamente do processo de criação, regulamentação, execução e fiscalização de iniciativas, políticas e programas que tenha como centralidade a (re)inserção social, educacional e laboral.

Portanto, para além da garantia da efetiva participação no processo decisório de políticas públicas voltadas as pessoas trans, é imprescindível refletir e problematizar soluções práticas, objetivas e concretas que tenham como foco a (re)inserção social alinhada a preservação e a restauração da dignidade humana.

“Nada de nós sem nós”.

6. Referências

ABGLT. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>.

Acesso em: 12 mar. 2021.

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. **Revista Direito FGV**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 302-333, maio-ago. 2018. DOI: 10.1590/2317-6172201814

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 14, p. 380-407, 2013. DOI: 10.1590/S1984-64872013000200017.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. In: BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2021. 140 p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Agora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 9, n. 1, 2006. DOI:10.1590/S1516-14982006000100004.

BARCELLOS, Chyntia. **Demitindo Preconceitos**. 1º ed. Goiânia: Memória LGBT, 2017. 68p.

BENTO, B. O que é transexualidade. 1ª ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense. 2008. 181 p.

_____, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Salvador, BA: Editora Devires, 3ª ed. 2017. 252 p.

_____, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197/101>. Acesso em: 13 mar. 2021.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 123, p. 27-37, 2011. Disponível em: http://diversidade.pr5.ufrj.br/images/BORTOLINI_-_Diversidade_Sexual_e_de_G%C3%AAnero_na_Escola_-_Rev._Espa%C3%A7o_Acad%C3%AAmico.pdf. Acesso em: 13 jan. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. 236 p.

CARVALHO, Evelyn Raquel. “Eu quero viver de dia” Uma análise da inserção das transgêneros no mercado de trabalho. In: VII Seminário Fazendo Gênero, 7, 2006, Florianópolis. **Anais[...]**. Florianópolis: UFSC, 2006, p.1-8. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/E/Evelyn_Carvalho_16.pdf. Acesso em: 13 jan. 2021.

CEDEC. CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo**: relatório de pesquisa. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf. Acesso em: 13 jan. 2021.

DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso; ADAMOS, Rosana Estrela. “Nada sobre nós sem nós”: notas sobre percurso metodológico do mapeamento de pessoas trans no município de São Paulo. In: CEDEC – Centro de Estudos

de Cultura Contemporânea. **Transver o mundo:** existências e (re)existências de travestis e pessoas trans no 1º mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2021. Disponível em: http://www.cedec.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Transver_O_Mundo_Mapeamento_Pessoas_Trans.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso; BICEV, Jonas Tomazi. Inserção e permanência no mundo do trabalho entre pessoas transexuais no município de São Paulo. *In: CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Transver o mundo:* existências e (re)existências de travestis e pessoas trans no 1º mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2021. Disponível em: http://www.cedec.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Transver_O_Mundo_Mapeamento_Pessoas_Trans.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, João Vitor Rodrigues. (Trans)gredir: uma análise a cerca dos fatores sociais que dificultam o acesso da mulher transexual no mercado de trabalho formal. *In: 24º Congresso Nacional de Administração (CONAD), 2019, Goiânia. Anais [...].* Goiânia: 2019. Disponível em: <https://conad.adm.br/2019/wp-content/uploads/2019/09/02-2-13-transgre-dir-uma-anaxlise-a-cerca-dos-fatores-sociais-que-dificul-tam-o-acesso-da-mulher-transexual-no-mercado-de-tra-balho-formal.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

_____. As barreiras sociais que afastam a população transexual na busca pela permanência no sistema educacional. *In: V Congresso De Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG, 2018. Anais [...].* Pirenópolis: UEG, 2018. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/13310>. Aceso em: 13 jan. 2021.

GONÇALVES, João Vitor Rodrigues; TRUJILLO, Ricardo Antonio Simancas. Da esquina ao escritório: uma análise da ausência de mulheres trans no mercado de trabalho formal em Goiás. **Pensamento Americano**, v. 13, n. 26, pág. 33–50, 2020. DOI: 10.21803/penamer.13.26.419.

HOGEMANN, Edna Raquel. **Humanos e Diversidade Sexual: O**

reconhecimento da identidade de gênero através do nome social. **Revista SJRJ**, v. 21, n. 39, p. 217-231, 2014. Disponível em: <https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/508-2259-1-pb.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. STOCKER, Fabricio; MANCEBO, Rafael Cuba. Gaslighting: A arte de enlouquecer grupos minoritários no ambiente de trabalho. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 63, n. 1, p. e2021-0277, 2022. DOI: 10.1590/S0034-759020230105

JESUS, Jaqueline Gomes de. Trans tem “T” de trabalho. *In*: VASCONCELOS, Paloma. **Transresistência**: histórias de pessoas trans no mercado formal de trabalho. 2ª ed. São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2018. Disponível em: https://abrajibucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/4f6ea59e-61d1-45f4-ada6-0e80be7d8501/Transresistencia-e-book-ed2.pdf. Acesso em: 13 jan. 2021.

KAFFER, Karen Ketlinet *al.* A transexualidade e o mercado formal de trabalho: principais dificuldades para a inserção profissional. *In*: IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2016, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/52/44>. Acesso em: 13 jan. 2021.

LICCIARDI, Norma; WAITMANN, Gabriel; OLIVEIRA, Matheus Henrique Marques de. A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. **Revista Científica Hermes**. v. 14. p. 201-2018, 2015. DOI: 10.21710/rch.v14i0.210

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 1, n. 77, p. 70-87, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87.

LONGARAY, Deise Azevedo.; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 62, p. 723-747, 2015. DOI: 10.1590/S1413-24782015206209

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. (orgs.). **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MDH. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. **Manual Orientador Sobre Diversidade**. 2018. 92 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1325>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MENEZES, Moisés Santos de; OLIVEIRA, Antônio Carlos de; NASCIMENTO, Ana Paula Leite. LGBT E MERCADO DE TRABALHO: Uma trajetória de preconceitos e discriminações. *In*: 1º Conferência Internacional de Estudos Queer, 2018, Sergipe. **Anais** [...]. Sergipe: UFS, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/40228>.

Acesso em: 13 mar. 2021.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor. Comportamento Organizacional frente a diversidade: A inclusão de travestis e transexuais no mercado de trabalho. *In: Simpósio De Excelência Em Gestão E Tecnologia*, 14, 2017, Resende/Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Resende/Rio de Janeiro: AEDB, 2017. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/1182593.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

NETO, Flávio de Oliveira Natal; MACEDO, Geovani da Silva; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. A Criminalização das Identidades Trans na Escola: Efeitos e Resistências no Espaço Escolar. **Psicologia, Ensino & Formação**, 7, n.1, p.78-86, 2016. DOI: 10.21826/2179-58002016717886.

NUH. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais. **Projeto Trans: Travestilidades e Transexualidades**. Disponível em: http://www.nuhufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/projeto-trans. Acesso em: 10 jan. 2021.

OLIVEIRA, Polyanna. A importância do ensino sobre questões de gênero na educação. *In: II Seminário de Estágio da Licenciatura em Ciências Sociais*. **Anais [...]**. UEL, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aOLIVEIRA%20%20Polyanna%20Claudia.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

ONUBR. Organização das Nações Unidas no Brasil. **PÁGINAS TRANS: Guia de acesso a direitos e serviços para pessoas trans**. 2018. 65 p. Disponível em: <http://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2020/08/16.-ONUBR-Cartilha-P%C3%A1gi-nas-Trans.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no Mundo do Trabalho**. 2a.ed. Brasília, OIT/UNAIDS/PNUD, Projeto “Construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo-trans-fobia”, 2015. 79 p. Disponível em: https://unids.org.br/wp-content/uploads/2016/01/2015_ManualPromocaoDireitosLGBT-Trabalho_PT_V2.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

PEDRA, Caio Benevides. *et al.* Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa “transcidadania”. **Revista de Ciências do Estado, [S. l.]**, v. 3, n. 1, 2018. DOI: 10.35699/2525-8036.2018.5091.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MARTINS, Daniel Arruda; ROCHA, Leonardo Tolentino Lima. O lítigo sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 4, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2304>. Acesso em: 13 mar. 2021.

RODRIGUES, Cecília Carmem Cunha Pontes; APRILE, Maria Rita;

TONHON; MAGÔ. Perfil sociodemográfico e constituição da identidade de gênero de pessoas transexuais no município de São Paulo. *In*: CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. **Transver o mundo**: existências e (re)existências de travestis e pessoas trans no 1º mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2021. Disponível em: http://www.cedec.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Transver_O_Mundo_Mapeamento_Pessoas_Trans.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

RODRIGUES, Cecília Carmem Cunha Pontes; MAGRI, Giordano. Violência contra pessoas transexuais: tipos e contextos. *In*: CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. **Transver o mundo**: existências e (re)existências de travestis e pessoas trans no 1º mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2021. Disponível em: http://www.cedec.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Transver_O_Mundo_Mapeamento_Pessoas_Trans.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v.10, n.1, p. 194-207, 2015. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/Rondas%2C%20Ma-chado/992. Acesso em: 13 jan. 2021.

SANTANA, Ana Larissa Alencar. A vivência dos travestis em escolas e no ensino superior brasileiro: uma análise bibliográfica do período 2011-2015. **Revista Científica UniFagoc – Multidisciplinar**. v. 1, n.1, p. 99-111. 2016. Disponível em: <https://revista.fagoc.br/index.php/multidisciplinar/article/view/105/85>. Acesso em: 13 mar. 2021.

SANTOS, Cleidimar Cardoso dos Santos. *et al.* Transgêneros no mercado de trabalho. *In*: 29º Enangrad: Gestão da aprendizagem, 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2018.

SANTOS, Karolyn Marilyn de Oliveira; SILVA, Lúgia Carolina Oliveira-. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. **Cadernos Pagu**, n. 62, 2021. DOI: 10.1590/18094449202100620021.

SOUZA, Heloisa Aparecida de. **O desafio do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/302>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SOUZA, Heloisa Aparecida; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, n. 11. 2015. p. 157-175. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6548>. Acesso em: 13 mar. 2021.

TMM – Trans Murder Monitoring. **Actualización TMM**: Día de la Memoria Trans 2022. Berlim, Alemanha: TMM, 2022. Disponível em: <https://transrespect.org/es/tmm-update-tdor-2022/>. Acesso em: 12 jan. 2021.